

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

MEDIANEIRA - PARANÁ

Capítulo I – Da Instituição

Art. 1º - O presente Regimento Interno regula as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Saúde – CMS, do Município de Medianeira, Estado do Paraná.

Capítulo II – Da Definição

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde previsto no art. 157 da Lei Orgânica Municipal e criado pela Lei Municipal nº 032/91 e a Lei 241/2013 que dá nova redação à Lei nº 032/1991 acompanhará e avaliará a Política Municipal de Saúde.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras, consultivas, subordinando-se às deliberações da Conferência Municipal de Saúde.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Saúde será formado por todas as Entidades, Instituições e movimentos sociais organizados, interessados na questão da saúde e que tenham atuação no Município.

§ 1º - O Conselho Municipal de Saúde – CMS deverá reunir-se mensalmente, a cada mês, ou extraordinariamente sempre que for necessário.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Saúde convocará a Conferência Municipal de Saúde ordinariamente a cada 04 (quatro) anos ou extraordinariamente sempre que for necessário.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho Municipal de Saúde a organização das Conferências Municipais de Saúde.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Saúde elegerá uma Diretoria Executiva, eleita entre os seus membros efetivos, formada por 06 (seis) conselheiros, de composição paritária entre Usuários, Prestadores de Serviços, Trabalhadores e Gestores.

§ 1º - A Diretoria Executiva será formada por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um 2º Secretário, um 1º Tesoureiro e um 2º Tesoureiro.

§ 2º - Os integrantes da Diretoria Executiva serão eleitos (a cada 2 anos e não podendo ser reeleita) podendo seus membros ser reeleitos para mais um mandato, sendo a maioria absoluta de 2/3 (dois terços) soberana para interromper quando sua atuação não for compatível para o andamento do Conselho Municipal de Saúde. Será eleito o Presidente, Usuário, Trabalhador e Prestador.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Saúde incentivará a organização de Conselhos Locais de Saúde (CLS), para os quais elaborará e aprovará um Regimento Interno.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Saúde convocará uma Comissão de Apoio Técnico, sempre que houver necessidade, para elaborar diagnósticos e propostas de Programas e Projetos, que serão apreciados pelo Conselho Municipal de Saúde.

Capítulo III – Das Atribuições do Conselho Municipal de Saúde

Art. 9º - São atribuições do Conselho Municipal de Saúde:

- a) Estabelecer, controlar, acompanhar e avaliar a política de saúde do município, conforme as diretrizes da Conferência Municipal de Saúde e de acordo com a legislação municipal, estadual e federal.
- b) Definir, controlar, acompanhar o Plano Municipal de Saúde, garantindo especial atenção à prevenção da saúde;
- c) Fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;
- d) Deliberar, analisar, fiscalizar e apreciar, em nível de município, o funcionamento e a qualidade do Sistema de Saúde;
- e) Sugerir e avaliar junto ao Conselho Estadual de Saúde propostas de ações e programas de saúde de âmbito regional e/ou estadual, tendo em vista a melhoria na qualidade do Sistema de Saúde;
- f) Possibilitar um amplo conhecimento do sistema municipal de saúde à população, trabalhadores da saúde, instituições públicas e entidades privadas.
- g) Fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, apreciando e deliberando sobre a Programação e Organização da Saúde e sobre a prestação quadrimestral de contas;
- h) Solicitar, para conhecimento dos Conselheiros, cópias de balancetes, de quaisquer dos órgãos do Sistema Municipal de Saúde;
- i) Acompanhar, colher informações e sugestões junto aos Conselhos Locais de Saúde;
- j) Apreciar e deliberar a incorporação ou exclusão no Sistema Municipal de Saúde, de serviços privados e/ou pessoas físicas, de acordo com as necessidades de assistência à população do respectivo local e da disponibilidade orçamentária, a partir do parecer da Comissão de Apoio Técnico;

- k) Ter integral acesso a todas as informações de caráter técnico-administrativo, econômico-financeiro, orçamentário e operacional, recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos de direito público, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento de todos os órgãos públicos vinculados e instituições privadas conveniadas ou contratadas ao Sistema Municipal de Saúde;
- l) Manter audiências dos órgãos vinculados ao SUS sempre que entender necessário para debater o encaminhamento de assuntos de interesse coletivo e relacionado diretamente às suas atribuições específicas;
- m) Coletar e divulgar amplamente dados estatísticos relacionados à saúde;
- n) Ter conhecimento pleno dos registros atualizados e fidedignos dos quadros de pessoal dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Saúde;
- o) Exercer ampla fiscalização nos órgãos prestadores de serviços públicos e privados, no sentido de que suas ações proporcionem desempenho efetivo e com alto grau de resolutividade;
- p) Estabelecer critérios gerais de controle e avaliação do Sistema Municipal de Saúde, com base em parâmetros de cobertura, cumprimento de metas estabelecidas, produtividade, recomendando mecanismos claramente definidos para correção de distorções, tendo em vista o atendimento pleno das necessidades da população;
- q) Incentivar e participar da realização de estudos, promover investigações, pesquisas, sobre causas, prevenção e controle da saúde;
- r) Solicitar a colaboração de pessoal qualificado para elaborar estudos, proferir palestras ou prestar esclarecimentos sobre sua área de atuação ou conhecimento;
- s) Pronunciar-se sobre prioridades orçamentárias, operacionais e metas estratégicas dos órgãos institucionais relacionados ao Sistema Municipal de Saúde;
- t) Participar na elaboração de Programas de Educação em Saúde, Meio Ambiente e Ambiente de Trabalho;

- u) Promover e acompanhar os trabalhos de vigilância sanitária e epidemiológica;
- v) Alterar este Regimento Interno;
- w) Apreciar quaisquer outros assuntos que lhe forem submetidos;
- x) Organizar Plenárias Municipais de Saúde, para avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Saúde.

Capítulo IV – Da Composição

Art. 10 – O Conselho Municipal de Saúde será composto paritariamente por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e por usuários, de acordo com o estabelecido pela Lei Federal n.º 8.142, de 12 de dezembro de 1990, e Resolução n.º 33/92, do Conselho Nacional de Saúde.

Parágrafo Único – Os usuários terão representação na proporção de 50% em relação aos demais segmentos, sendo o restante de 25% de trabalhadores de saúde e 25% administração pública e prestadores de serviços de saúde.

Art. 11 – O Conselho Municipal de Saúde, presidido por um de seus membros, eleito entre seus pares, tem a seguinte composição:

1 - Do Governo Municipal:

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Dois representantes das Secretarias Municipais de Ação Social, Educação, Finanças e Agricultura;

2 - Dos prestadores de serviços públicos e privados:

- a) Um representante do hospital filantrópico e Público/Privado;
- b) Dois representantes de outros serviços prestadores ao SUS;

3 - Dos Trabalhadores do SUS:

- a) Um representante do setor de odontologia;

- b) Um representante do setor médico de unidades básicas ou hospitalares;
- c) Um representante dos demais profissionais de nível superior;
- d) Um representante das auxiliares de enfermagem;
- e) Um representante dos demais funcionários do SUS e sindicatos;
- f) Um representante dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias.

4 - Dos Usuários:

- a) Dois representantes de entidades assistenciais;
- b) Um representante de Associação de pessoas com necessidades especiais e patologias;
- c) Dois representantes de Sindicatos;
- d) Um representante de Clubes de Mães;
- e) Dois representantes de Organizações Não Governamentais;
- f) Dois representantes de comunidades rurais;
- g) Dois representantes de comunidades urbanas.

Parágrafo Único: Cada membro titular terá o acompanhamento de um membro suplente, eleito/a na Conferência Municipal de Saúde.

Art. 12 – O mandato dos integrantes do Conselho Municipal de Saúde será de 04 anos, eleitos na Conferência Municipal de Saúde a ser realizada a cada 04 anos.

Capítulo V – Das indicações e Substituições

Art. 13 – Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação da Conferência Municipal de Saúde.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 2º - A representação dos trabalhadores do SUS, e dos prestadores de serviços privados contratados pelo SUS, no âmbito do Município, será definida por indicação de suas respectivas categorias, por ocasião da Conferência, respeitando seu regimento interno.

§3º - Será considerada como existente, para fins de participação no CMS, a Entidade regularmente organizada com CNPJ e Estatuto Social.

§ 4º - O Prefeito Municipal terá o prazo máximo de 15 dias para publicar Decreto nomeando o novo Conselho, que tomará posse em reunião solene, convocada pelo presidente em exercício.

§ 5º - Os membros suplentes terão assegurado o direito à voz, mesmo na presença dos titulares, nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde.

§ 6º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão substituídos caso falem, sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas ou seis reuniões intercaladas. Nestes casos, assumirá o suplente.

§ 7º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde poderão ser substituídos mediante solicitação do próprio membro, da entidade ou autoridade responsável apresentada ao Presidente do C.M.S., ou, ainda, após avaliação do CMS.

Capítulo VI – Das Reuniões e Deliberações

Art. 14 – O Conselho Municipal de Saúde e a Diretoria Executiva reunir-se-ão na presença da maioria simples de seus membros, sendo que haverá tolerância de 15 (quinze) minutos para se estabelecer o quórum para se iniciar a

reunião. Caso contrário, a reunião será suspensa e os membros que não estiverem presentes serão considerados faltosos.

Parágrafo Único – A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos Conselheiros com antecedência mínima de 48 horas, por meio de correspondência eletrônica.

Art. 15 – O Conselho Municipal de Saúde e a Diretoria Executiva deliberarão por maioria simples dos membros presentes, devendo os assuntos debatidos serem votados em aberto.

Art. 16 – Fica assegurado a cada um dos participantes das reuniões o direito a se manifestar, de forma ordenada, sobre o assunto em discussão. Uma vez encaminhado para votação, o assunto não poderá voltar a ser discutido em seu mérito na mesma reunião.

Art. 17 – As reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde serão mensais e realizadas em local que lhe for destinado, por convocação de seu presidente ou pela maioria dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 18 – O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, por convocação da Diretoria Executiva ou por um terço dos seus membros titulares.

Art. 19 – As reuniões extraordinárias serão comunicadas a todos os membros do Conselho Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 48 horas, através de comunicação verbal, contato telefônico ou correspondência.

Art. 20 – Cada membro do Conselho Municipal de Saúde terá direito a um único voto.

Art. 21 – As reuniões do CMS deverão ser abertas à participação popular e de qualquer Entidade interessada como observadora, com direito a voz.

Art. 22 – Comissões Permanentes deverão ser criadas com a finalidade de contribuir para a avaliação e monitoramento da política pública de saúde, acolhimento de denúncias da população ou dos próprios Conselheiros e proposição de ações que serão levadas ao plenário do Conselho Municipal de Saúde, qualificando o debate e a participação proativa dos Conselheiros Municipais de Saúde nas reuniões ordinárias.

§ 1º - Além das Comissões Permanentes, o Conselho Municipal de Saúde poderá instalar outros grupos de trabalho de conselheiros para ações transitórias.

§ 2º - As Comissões poderão contar com integrantes não Conselheiros, aprovados por indicação em reunião do CMS.

Art. 23 – Os assuntos tratados e as deliberações tomadas em cada reunião serão registrados em ata, a qual será lida e aprovada na reunião subsequente.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Saúde deliberará sobre formas de divulgação para a população das questões e deliberações importantes tratadas em reuniões. Como a elaboração de boletins informativos, palestras, fórum municipal de saúde, seminário e outras atividades.

Capítulo VII – Das Deliberações Gerais

Art. 24 – O Presente Regimento poderá ser alterado parcial ou totalmente, através de proposta expressa de qualquer um dos membros do Conselho Municipal de Saúde, da Plenária ou da Conferência.

Art. 25 – As propostas de alteração total ou parcial deste Regimento deverão ser apreciadas pelo Conselho Municipal de Saúde, sendo aprovadas por maioria simples de seus membros presentes, em reunião ordinária ou extraordinária.

Art. 26 – Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Saúde em reunião, ouvida a Diretoria Executiva.

Art. 27 – Este Regimento entrará em vigor a partir de sua aprovação na Reunião do Conselho Municipal de Saúde e sua edição através de Decreto do poder executivo municipal.